



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

PARECER TÉCNICO CONCLUSIVO DA AUDITORIA INTERNA

Processo Administrativo: 158.0389/2024

Exercício Financeiro: 2023

Unidade Orçamentária: 50901 – Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Ordenador de Despesa: Des. Sérgio Fernandes Martins

Cargo/Função: Presidente

1 - Apresentação

A Auditoria Interna do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, em cumprimento à Resolução TCE/MS nº 88, de 15 de outubro de 2018, apresenta o Parecer Técnico Conclusivo de Análise da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial, relativo às contas do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul - Unidade Gestora (UG) Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais - FUNJECC, referente ao exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Na elaboração deste Parecer Técnico, procurou-se explicitar as principais informações produzidas na condução da gestão e das políticas públicas implementadas pelo Poder Judiciário/MS no decorrer do exercício de 2023, evidenciando a relação entre a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

2 - Introdução

No exercício de sua competência, a Auditoria Interna procedeu à análise e acompanhamento das contas do Poder Judiciário/MS, executadas pela Secretaria de Finanças, área responsável pela execução da contabilidade e pela administração financeira da Unidade Gestora FUNJECC.

Os trabalhos foram realizados em observância às normas e procedimentos aplicados ao setor público, consoante as disposições expressas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, bem como a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000. São abrangidas, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP).

As demonstrações apresentadas na Prestação de Contas refletem a utilização dos recursos consignados no Orçamento da Unidade Gestora FUNJECC, para o exercício de 2023, sendo materializados nos Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial, nas Demonstrações das Variações Patrimoniais e dos Fluxos de Caixa, extraídos do Sistema de Planejamento e Finanças – SPF.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Os registros de todas as operações foram executados tendo como base a estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

3 - Da Previsão e Arrecadação da Receita

A receita do Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais – FUNJECC, para o exercício de 2023, foi estimada em R\$275.000.000,00, por meio da Lei Estadual nº 5.988 de 06 de dezembro de 2022 (LOA), publicado no Suplemento II do Diário Oficial nº 11.008 de 07 de dezembro de 2022.

A Unidade Gestora FUNJECC é um Fundo que foi criado pela Lei nº. 1.071/1990 com arrecadação própria cujas fontes de recursos originam-se principalmente das Taxas (Judicial e Extrajudicial), que representam, na LOA 2023, 77,45% das receitas previstas.

Após análise da receita realizada (arrecadada) no exercício de 2023, foi confirmada a arrecadação no montante de R\$ 353.758.380,46. Dessa forma, constatou-se uma arrecadação superior, no percentual de 28,64%, em relação à receita prevista, conforme apresentado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Demonstrativo da Execução da Receita

Descrição	Receita Prevista (a)	Receita Arrecadada (b)	% Participação em Relação ao Total Arrecadado	% Variação (a/b)-1*100
Taxas Judiciais	180.000.000,00	173.903.120,66	49,16	-3,39
Taxas Judiciais Dívida Ativa	0,00	3.074.130,65	0,87	100
Taxas Extrajudiciais	33.000.000,00	54.139.309,01	15,30	64,06
Receitas Tributárias	213.000.000,00	231.116.560,32	65,33	8,51
Aluguéis e Arrendamentos	500.000,00	366.851,54	0,10	-26,63
Remuneração Dep. Bancário	14.100.000,00	18.138.664,71	5,13	28,64
Cessão Direito Folha de Pgto.	2.000.000,00	1.877.500,00	0,53	-6,13
Cessão Direito Dep. Judiciais	10.000.000,00	36.550.406,45	10,33	265,50
Receitas Patrimoniais	26.600.000,00	56.933.422,70	16,09	114,04
Outros Serviços Comerciais	11.000.000,00	11.140.043,00	3,15	1,27
Outros Serviços Administrativos	1.400.000,00	1.184.787,60	0,33	-15,37
Inscrição em Concursos	0,00	964.928,00	0,27	100
Outros Serviços	13.000.000,00	16.059.575,77	4,54	23,54
Receitas de Serviços	25.400.000,00	29.349.334,37	8,30	15,55
Multas e Juros Contratos	0,00	175.155,82	0,05	100
Restituição Desp. Financeiras	0,00	40.804,10	0,01	100
Outras Restituições	0,00	482.902,93	0,14	100
Outros Ressarcimentos	0,00	3.198.987,37	0,91	100
Outras Receitas Correntes	0,00	3.897.850,22	1,10	100



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Alienação de Bens Móveis	0,00	481.000,00	0,14	100
Receitas de Capital	0,00	481.000,00	0,14	100
Outras Restituições	10.000.000,00	31.980.212,85	9,04	219,80
Receita Corrente Intraorçamentária	10.000.000,00	31.980.212,85	9,04	219,80
Total de Receitas	275.000.000,00	353.758.380,46	100	28,46

Fonte: Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Observa-se uma arrecadação superior à prevista das receitas com Taxas Extrajudiciais, Remuneração dos Depósitos Bancários, Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos – Depósitos Judiciais, Outros Serviços Comerciais, Outros Serviços e Receitas Corrente Intraorçamentária.

A arrecadação das Receitas Intraorçamentárias - Outras Restituições, corresponde à remuneração dos valores de depósitos judiciais e administrativos transferidos ao tesouro do Estado, conforme Lei Complementar Estadual nº 201/2015.

Com relação às receitas de dívida ativa oriundas das taxas judiciais, observou-se que seu estoque em dezembro de 2022 foi de R\$ 72.982.236,22, conforme evidenciado no Balanço Patrimonial. Entretanto foram arrecadados no exercício de 2023 o montante de R\$3.074.130,65, o equivalente a 4,21%, do estoque da dívida ativa.

No que tange à comparação do valor total arrecadado em 2023, com o valor total arrecadado de 2022, constatou-se que houve um aumento de 22,68%, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro 2 - Evolução da Receita Arrecadada

Exercício	Valor Arrecadado	Varição	% Varição
2020	163.403.312,68	-	-
2021	215.352.930,29	51.949.617,61	31,79
2022	288.355.718,30	73.002.788,01	33,90
2023	353.758.380,46	65.402.662,16	22,68

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário

4 – Da Fixação e Execução da Despesa

A despesa fixada para o exercício de 2023 foi de R\$275.000.000,00 conforme a Lei Estadual nº 5.988 de 06 de dezembro de 2022, demonstrado no quadro abaixo:



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Quadro 3 - Despesa Fixada - LOA 2023

FUNJECC	Valor	Fonte de Recursos	% Participação
Despesas Correntes	229.151.600,00	-	83,33
Outras Despesas Correntes	172.286.600,00	1760	62,65
Outras Despesas Correntes	56.865.000,00	1759	20,68
Despesas de Capital	45.848.400,00	-	16,67
Investimentos	40.713.400,00	1760	14,80
Investimentos	5.135.000,00	1759	1,87
Total por Fonte de Recursos	275.000.000,00		100

Fonte: Lei 5.988, de 06/12/22.

O quadro acima demonstra a participação das despesas por grupo e fonte de recursos em relação ao orçamento total fixado na Lei Orçamentária Anual.

De acordo com a Lei Orçamentária Anual, em observância à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2023, a despesa autorizada e a executada segundo as categorias econômicas e grupo de natureza da despesa estão demonstradas a conforme quadro a seguir:

Quadro 4 - Execução da Despesa Autorizada

Grupo	Fixada (Orçamento Inicial)	Autorizada (Inicial + Adicionais)	Realizada (Empenhado)	% Em relação ao Orçamento Atualizado	% Em relação ao Total Realizado
Despesas Correntes	229.151.600,00	274.556.149,00	257.075.789,49	93,63	84,96
Outras Desp. Correntes	229.151.600,00	274.556.149,00	257.075.789,49	93,63	84,96
Despesas de Capital	45.848.400,00	49.864.552,69	45.506.666,71	91,26	15,04
Investimentos	45.848.400,00	49.864.552,69	45.506.666,71	91,26	15,04
Inversão Financeira	0,00	0,00	0,00	-	-
Total	275.000.000,00	324.420.701,69	302.582.456,20	93,27	100
Economia Orçamentária			21.838.245,49		

Fonte: Anexo 12 - Balanço Orçamentário

A despesa realizada (empenhada) atingiu o valor de R\$ 302.582.456,20 correspondendo aproximadamente a 93,27% da despesa autorizada, que foi de R\$ 324.420.701,69. Desse modo, o montante de R\$ 21.838.245,49 não foi utilizado para a execução da despesa.

O quadro 05 demonstra a dotação atualizada e a execução das despesas por ações.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Quadro 5 - Dotação Atualizada e Execução da Despesa por Ação

Programa	Ação Orçamentária	Dotação		Execução da Despesa		Percentual Executado	
		Atualizada (a)	Empenhada (b)	Liquidado (c)	Pago (d)	b/a (%)	(b-c)/b (%)
		324.420.701,69	302.582.456,20	252.877.089,20	250.588.610,75	93,27	16,43
0003 Gestão da Prestação Jurisdicional	1057 - Gestão e operacionalização do plano estratégico do PJMS	8.905.200,00	8.133.770,73	3.675.160,29	3.675.160,29	91,34	54,82
	1058 – Instalação de sistema de energia solar fotovoltaica	13.963.101,69	13.939.623,35	3.487.968,07	3.487.968,07	99,83	74,98
	2044 - Gestão e operacionalização das atividades administrativas e jurisdicionais do PJMS	231.078.900,00	215.648.688,91	202.064.291,89	200.145.562,18	93,32	6,30
	2045 - Modernização e aprimoramento em tecnologias da informação	61.362.300,00	57.163.645,64	36.066.246,91	35.905.029,16	93,16	36,91
	2046 - Gestão institucional e comunicação social	5.277.100,00	4.557.896,08	4.502.722,55	4.356.109,16	86,37	1,21
	2047 - Formação e aperfeiçoamento de pessoal e magistrados	3.834.100,00	3.138.831,49	3.080.699,49	3.018.781,89	81,87	1,85

Do quadro acima, identifica-se que as ações previstas no orçamento para o exercício de 2023 tiveram um desempenho acima de 80%, considerando a despesa empenhada em confronto com a dotação atualizada.

O quadro demonstra também o desempenho da despesa por ações, levando-se em consideração a despesa empenhada em confronto com a liquidada. Da análise, nota-se que as ações 1057, 1058 e 2045 detêm o montante de R\$ 36.007.664,45 em restos a pagar não processados.

5 - Das Alterações Orçamentárias

No exercício de 2023, foram abertos créditos adicionais no valor de 49.420.701,69, tendo como origem de recursos o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior e o excesso de arrecadação. Ademais, houve abertura de créditos adicionais decorrente da anulação de dotação no valor de R\$46.852.251,00, todos nos termos do § 1º do art. 43 da Lei 4.320/64.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

6 - Dos Balaços Anuais

6.1 - Balanço Orçamentário

Definido no artigo 102 da Lei 4.320/1964, o Balanço Orçamentário demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas, sendo estruturado nos termos do Anexo 12.

Atendendo ao princípio do Equilíbrio Orçamentário, a Lei Estadual nº 5.988/2022, Lei Orçamentária Anual 2023, previu as receitas e autorizou as despesas de forma igualitária em R\$275.000.000,00.

A receita orçamentária, por ser prevista, pode gerar excesso ou insuficiência de arrecadação. No exercício de 2023, na unidade Gestora FUNJECC, houve um excesso na arrecadação no montante de R\$78.758.380,46, sendo reestimada a receita em R\$ 6.670.000,00 e realizada a abertura de crédito adicional por excesso de arrecadação no mesmo valor.

A despesa orçamentária só pode ser realizada até o valor autorizado, somente podendo ser emitidos empenhos até o limite dos créditos orçamentários disponíveis, sendo que, no exercício de 2023, ocorreu uma economia na execução da despesa no valor R\$21.838.245,49.

A receita arrecadada no ano alcançou o valor de R\$353.758.380,46 para uma despesa realizada (empenhada) de R\$302.582.456,20, ou seja, as despesas realizadas foram inferiores a arrecadação do período, ocasionando um resultado orçamentário superavitário de R\$51.175.924,26. Cumpre ressaltar que a unidade gestora possuía superávit financeiro do exercício anterior no valor R\$61.072.535,06 e utilizou-se desse valor para abertura de crédito adicional de R\$42.750.701,69, atualizando a despesa no mesmo valor.

6.1.1 - Execução dos Restos a Pagar

No exercício de 2023, a UG FUNJECC pagou R\$ 42.746.976,85 e cancelou R\$3.352.866,47 do seu estoque de restos a pagar não processados, restando R\$840.817,34 do saldo inscrito no exercício de 2022.

Com relação a execução dos restos a pagar processados no ano de 2023, a UG FUNJECC pagou R\$1.160.960,15 e cancelou R\$6.174,71 - totalidade do seu estoque.

6.2 - Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e dispêndios de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, transferências financeiras, bem como os recebimentos e pagamentos extraorçamentários, juntamente com os saldos financeiros disponíveis, oriundos do exercício anterior, e os transferidos para o exercício seguinte, de acordo com o artigo 103 da Lei 4.320/64.

A disponibilidade de caixa iniciada em 2023 foi de R\$114.608.508,28, e terminando o exercício com uma disponibilidade de caixa de R\$173.502.753,70, sendo que, R\$5.059.590,41 estão comprometidos



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

com valores restituíveis (demais obrigações a curto prazo) e R\$ 52.834.662,79 com restos a pagar. Observa-se a suficiência de disponibilidade financeira perante a dívida fluante.

A unidade gestora no ano de 2023 teve um resultado financeiro positivo no valor de R\$58.894.245,42, decorrente da movimentação orçamentária e financeira, conforme demonstrado a seguir:

Quadro 6 - Resultado Financeiro do Exercício

Receitas Orçamentárias	353.758.380,46
(+) Transferências Financeiras Recebidas	1.000,00
(+) Recebimentos Extraorçamentários	693.902.182,76
(-) Despesas Orçamentárias	302.582.456,20
(-) Transferências Financeiras Concedidas	0,00
(-) Pagamentos Extraorçamentários	686.184.861,60
= Resultado Financeiro do Exercício	58.894.245,42

6.3 - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é exigido pela Lei nº 4.320/64, assim como também é objeto de outras normas contábeis, nacionais e internacionais, além das Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnicas do Setor Público (NBC-TSP). É essa a demonstração contábil estática que retrata no encerramento do exercício a composição qualitativa e quantitativa do patrimônio da entidade pública, constituído por bens, direitos (elementos ativos) e obrigações (elementos passivos), e a situação líquida patrimonial representada pelo patrimônio líquido, correspondente entre a diferença entre os elementos ativos e passivos.

Quadro 7 - Balanço Patrimonial

ATIVOS	2022	AV%	2023	AV%	AH%
Ativo Circulante	117.399.861,12	61,67	176.651.069,15	65,03	50,42
Caixa e Equivalentes de Caixa	114.608.508,28	60,20	173.502.753,70	63,87	51,39
Créditos	2.768.033,57	1,45	3.087.012,22	1,14	11,52
VPD Pagas Antecipadamente	23.319,27	0,01	61.303,23	0,02	162,89
Ativo Não Circulante	72.982.236,22	38,33	95.006.965,14	34,97	30,18
Créditos de Longo Prazo	72.982.236,22	38,33	94.525.965,14	34,80	29,52
Imobilizado	0,00	-	481.000,00	0,18	100
TOTAL DO ATIVO	190.382.097,34	100	271.658.034,29	100	42,66
PASSIVOS	2022	AV%	2023	AV%	AH%
Passivo Circulante	6.719.467,56	3,53	7.349.886,09	2,71	9,38
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais	117.648,23	0,06	3.900,00	(0,01)	(96,69)
Fornecedores	1.148.221,64	0,60	2.286.395,68	0,84	99,12
Demais Obrigações	5.453.597,69	2,86	5.059.590,41	1,86	(7,22)



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	AV%	2023	AV%	AH%
Resultados Acumulados	183.662.629,78	96,47	264.308.148,20	97,29	43,91
Superávits ou Déficits do Exercício	16.144.175,83	8,48	80.566.127,49	29,66	399,04
Superávits ou Déficits dos Exercícios Anteriores	162.070.993,45	85,13	183.662.629,78	67,61	13,32
Ajustes de Exercício Anteriores	5.447.460,50	2,86	79.390,93	0,03	(98,54)
TOTAL DO PASSIVO	190.382.097,34	100	271.658.034,29	100	42,69

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial

A análise vertical (AV) é a técnica utilizada para calcular o grau de representatividade de itens homogêneos (ativo com ativo e passivo com passivo) integrantes das demonstrações contábeis, em determinado exercício financeiro. É uma análise estática, que visa identificar a composição de cada um dos itens em relação ao todo, ou seja, compara um item do ativo (caixa e equivalentes de caixa) com o ativo total.

A análise horizontal (AH), por sua vez, consiste na comparação de um item do demonstrativo entre dois ou mais períodos, visando à verificação de sua evolução ao longo do tempo.

O quadro 07 demonstra a participação que cada item teve em relação ao total (AV), nos exercícios de 2022 e 2023, evidenciando-se, também, a variação (AH) no ano de 2023 de cada item em comparação ao exercício de 2022.

A conta de disponibilidade é composta por caixa e equivalentes de caixa, de modo que o valor R\$173.502.753,70 compreende os saldos em conta corrente e aplicações temporárias de liquidez imediata. Em relação aos saldos das contas bancárias informados no balanço patrimonial, constatou-se, por meio de análise dos extratos bancários, que o saldo total das contas é de R\$173.502.753,70, conforme evidenciado nos demonstrativos contábeis.

Os saldos de demais créditos e valores a curto prazo tiveram acréscimos de 11,52% com relação ao exercício anterior. Esses saldos correspondem, em grande maioria (74,18%), ao registro dos valores de remuneração dos depósitos judiciais que serão transferidos pelo Tesouro do Estado ao FUNJECC, conforme Lei Complementar Estadual nº 201/2015.

Salienta-se, também, que compreendem créditos relativos a adiantamentos de suprimento de fundos e diárias pendentes de prestação de contas, mas dentro do período legal. No exercício de 2023, os saldos de adiantamentos concedidos tiveram decréscimo de 66,05% em comparação ao ano de 2022.

Os créditos de longo prazo compreendem a dívida ativa não tributária com variação de 29,52% em relação ao exercício de 2023.

O saldo de R\$ 481.000,00 contabilizado no ativo imobilizado corresponde aos valores relativos a bens móveis destinados a leilão, conforme nota explicativa.

Ainda, as obrigações com fornecedores apresentaram, em relação ao exercício anterior, um acréscimo de 99,12%.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

O valor das demais obrigações a curto prazo é composto por valores restituíveis de consignações e depósitos não judiciais (depósitos de terceiros).

No que concerne à conta ajustes de exercícios anteriores, observa-se o detalhamento em notas explicativas.

Quanto ao saldo patrimonial da UG FUNJECC, para o exercício de 2023, é possível constatar que houve acréscimo de 43,91% em relação ao exercício de 2022.

6.3.1 - Dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Os conceitos de ativos e passivos financeiros e permanentes estão definidos na Lei n. 4.320/1964, que assim dispõe:

Art. 105

§ 1º O Ativo Financeiro compreenderá os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

§ 2º O Ativo Permanente compreenderá os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

§ 3º O Passivo Financeiro compreenderá as dívidas fundadas e outras cujo pagamento independa de autorização orçamentária.

§ 4º O Passivo Permanente compreenderá as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

A classificação do ativo e do passivo em financeiro e permanente permite a apuração do superávit financeiro, que corresponde a diferença positiva ente o ativo financeiro e o passivo financeiro, no Balanço Patrimonial.

Quadro 8 - Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

Título	2022	2023	% Variação
Ativo (I)	190.382.097,34	271.658.034,29	42,69
Financeiro	114.608.508,28	173.502.753,70	51,39
Permanente	75.773.589,06	98.155.280,59	29,54
Passivo (II)	53.660.128,22	57.896.070,43	7,89
Financeiro	53.535.973,22	57.894.253,20	8,14
Permanente	124.155,00	1.817,23	(98,54)
Saldo Patrimonial (I-II)	136.721.969,12	213.761.963,86	56,35

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial – Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – SPF

O quadro 8 acima apresenta um acréscimo no ativo financeiro no exercício de 2023 de 51,39% em comparação ao ano anterior.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

O Superávit Financeiro apurado no exercício é de R\$ 115.608.500,50, resultante da diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro.

A Lei 1.071/1990 estabeleceu uma reserva de 30% do superávit financeiro do exercício ao Fundo. Dessa forma, a UG FUNJECC poderá, no exercício de 2024, utilizar o valor não comprometido, que constou no valor de R\$ 80.925.950,35, para fins de abertura de créditos adicionais.

Verifica-se, da análise, um acréscimo no superávit financeiro de aproximadamente 89,30% no exercício de 2023 em relação ao exercício de 2022, sendo este correspondente ao valor de R\$61.072.535,06.

Cabe destacar que o ativo financeiro da UG FUNJECC compreende ao saldo da conta caixa e equivalentes de caixa, e o passivo financeiro é composto por restos a pagar e valores restituíveis.

6.3.2 - Contas de Compensação

A Lei 4.320/64 estabelece que a demonstração contábil, estruturada pelo Balanço Patrimonial, também evidenciará as contas de compensação, que correspondem às contas representativas dos atos potenciais ativos e passivos que possam vir a afetar o patrimônio da entidade.

Os atos potenciais ativos são aqueles que podem vir a afetar positivamente o patrimônio, imediata ou indiretamente. Por sua vez, os atos potenciais passivos são aqueles que afetam, imediata ou indiretamente, o patrimônio da entidade de forma negativa.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP conceitua os atos potenciais da seguinte forma: *Compreendem os atos a executar que podem vir a afetar o patrimônio, imediata ou indiretamente, por exemplo - direitos e obrigações conveniadas ou contratadas; responsabilidade por valores, títulos e bens de terceiros; garantias e contragarantias recebidas e concedidas. A definição é orientada pelo fluxo de caixa a ser envolvido na execução futura do ato potencial.* A regra visa melhorar a qualidade da informação contábil, de modo que ela reflita tempestivamente e com fidedignidade a posição patrimonial do órgão. *(grifo nosso)*

Abaixo segue o quadro com valores relativos aos contratos a executar em 31.12.2023.

Quadro 9 - Contas de Compensação

Atos Potenciais Passivos	Exercício 2022	% Em relação ao total	Exercício 2023	% Em relação ao total	% Variação
Total das Obrigações Contratuais	116.759.332,24	100	105.501.918,81	100	(9,64)
Contratos de Serviços	103.366.290,99	88,53	94.605.538,96	89,67	(8,48)
Contratos de Aluguéis	11.472.102,16	9,83	7.962.147,97	7,55	(30,60)
Contratos de Fornecimento	1.920.939,09	1,65	2.934.231,88	2,78	52,75

Fonte: Balancete de Verificação – SPF



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

O quadro acima demonstra o percentual que cada espécie de contrato representa em relação ao total das obrigações contratuais e a variação de um exercício para o outro.

Da análise, nota-se que o saldo no final do exercício de 2023 dos contratos de aluguéis são inferiores em 30,60% e os contratos de fornecimento de bens superiores em 52,75% em comparação ao ano anterior.

6.4 - Demonstração das Variações Patrimoniais

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Quadro 10 - Demonstração das Variações Patrimoniais

VPA's	2022	2023	% AH	VPD's	2022	2023	% AH
Taxas	198.388.764,81	228.042.429,67	14,95	Pessoal e Encargos	3.536.491,78	1.517.981,05	(57,08)
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	56.109.023,93	80.870.587,40	44,13	Uso de Bens, Serv. e Consumo	108.944.798,66	121.234.015,33	11,28
VPA Financeiras	25.457.372,09	31.780.496,16	24,84	Benefícios Previdenciário e Assistenciais	1.913.508,98	24.324.836,71	1171,22
Transferências Recebidas	1.702.509,41	1.030.585,34	(39,47)	VPD Financeiras	198,68	2.697,22	1257,57
Desincorporação de Passivos	99.024,07	6.174,71	(93,76)	Transferências Concedidas	25.205.261,26	52.195.343,07	107,08
Outras VPA	21.863.607,14	37.087.831,58	69,63	Desvalorização e Perda de Ativos	7.061.250,11	1.751.498,92	(75,20)
				Tributárias	2.047.592,29	2.211.357,21	8,00
				Outras VPD	138.767.023,86	95.014.247,86	(31,53)
Total	303.620.301,45	378.818.104,86	24,77	Total	287.476.125,62	298.251.977,37	3,75
				Resultado Patrimonial do Período	16.144.175,83	80.566.127,49	399,04

Fonte: Anexo 15 – Demonstrativo das Variações Patrimoniais – SPF

O quadro 10 indica o comportamento das variações patrimoniais no ano de 2023 em comparação ao exercício anterior, demonstrando, no ano analisado, um aumento de 24,77% nas Variações Aumentativas e de 3,75% nas Variações Diminutivas. O acréscimo nas variações patrimoniais aumentativas foi o principal contribuinte do resultado patrimonial positivo do ano em comparação ao exercício anterior.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Com relação às Variações Aumentativas, nota-se um acréscimo de 44,13% nas receitas com Exploração de Bens, direitos e Prestação de Serviços, com destaque para remuneração do gerenciamento dos depósitos judiciais.

No tocante às Variações Diminutivas, cabem destacar as despesas com Benefícios Previdenciários e Assistenciais e as despesas com Transferências Concedidas, que tiveram uma variação significativa em comparação com o ano de 2022.

O acréscimo nas despesas de Benefícios Previdenciários e Assistenciais provém das despesas com os auxílios transporte e alimentação e da assistência à saúde dos inativos.

Quanto às Transferências Concedidas, estas se referem às transferências de bens móveis, imóveis e de consumo para a unidade gestora Tribunal de Justiça, conforme demonstrado nas Notas Explicativas.

O Resultado Patrimonial do exercício de 2023, apurado por meio do confronto do total das Variações Patrimoniais Aumentativas que foram de R\$378.818.104,86, com o total das Variações Patrimoniais Diminutivas, que foram R\$298.251.977,37, perfaz um resultado patrimonial superavitário no montante de R\$ 80.566.127,49.

6.5 - Demonstrativo da Dívida Flutuante

A Dívida Flutuante é constituída pelas obrigações que devem ser pagas a curto prazo. Sua composição, segundo o art. 92, da Lei nº 4.320/64, é por Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria.

Quadro 11 – Demonstrativo da Dívida Flutuante

Histórico	Exercícios Anteriores	2023	% Variação
Restos a Pagar	48.107.795,52	52.834.662,79	9,83
Processados	1.167.134,86	2.288.478,45	96,08
Não Processados	46.940.660,66	50.546.184,34	7,68
Depósitos/Consignações	5.428.177,70	5.059.590,41	(6,79)
Total	53.535.973,22	57.894.253,20	8,14

Fonte: Anexo 17 – Demonstração da Dívida Flutuante – SPF

O quadro acima demonstra que no exercício de 2023 os restos a pagar inscritos no exercício tiveram um acréscimo de 9,83% em comparação aos saldos de 2022.

Pela análise da disponibilidade financeira, constatam-se recursos na conta “Caixa e Equivalentes de Caixa” suficientes para cobrir o saldo da Dívida Flutuante.

6.6 - Demonstração do Fluxo de Caixa



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal de Justiça

Auditoria Interna

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica nos fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite avaliar como a entidade obteve recursos para financiar suas atividades e o modo como os recursos de caixa foram utilizados.

Os ingressos de recursos operacionais foram suficientes para manutenção de suas atividades, gerando um fluxo líquido de caixa das atividades operacionais de R\$ 106.299.311,91, sendo utilizado o valor R\$47.405.066,49 no desembolso das atividades de investimento.

Houve, portanto, geração líquida de caixa no exercício de 2023 no valor de R\$ 58.894.245,42, decorrente da diferença do saldo final e inicial do caixa e equivalentes de caixa, corroborando o resultado financeiro evidenciado também no Balanço Financeiro.

7 - Atividades de Controles Realizadas pela Auditoria Interna

A Auditoria Interna, no exercício de suas atribuições, por meio da Coordenadoria de Controle e Acompanhamento da Gestão, realizou, por meio do controle posterior, a análise dos balancetes mensais de verificação da unidade gestora FUNJECC, quanto as seguintes regras de integridade:

- Conferência de Saldos das Contas de Registro da Disponibilidade de Recursos (DDR) - Controle da DDR x Execução da DDR;
- Conferência de Saldos das Contas de Disponibilidade de Recursos (DDR) com Superávit Financeiro - Execução Orçamentária;
- Conferência da DDR Comprometida por Empenho - DDR por Empenho x Execução Orçamentária;
- Conferência de Saldos da DDR por Liquidação e Execução Orçamentária - DDR por Liquidação x Execução Orçamentária;
- Conferência de Saldos das Contas de Passivo Financeiro (PF) e de Execução Orçamentaria - PF x Execução Orçamentária;
- Conferência de Saldos das Contas de Disponibilidade de Recursos - DDR x Ativo Financeiro (AF);
- Conferência de Saldos das Contas Credoras e Devedoras - Classes Devedoras x Credoras;
- Conferência de Saldos das Partidas Dobradas;
- Conferência de Saldos das Contas de Controles em Nível de Subgrupo;
- Conferência de Saldos das Contas Orçamentárias - Saldos de Controles de Aprovação x Execução;
- Conferência de Saldos das Contas Orçamentárias - Saldos das Contas de Dotação Inicial x Alterações Orçamentárias;
- Conferência de Saldos das Contas Orçamentárias - Saldos das Contas de Dotação Inicial x Movimentação de Créditos.

8 - Análise da Compatibilidade dos Valores nos Demonstrativos Contábeis



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

No quadro a seguir, será apresentado o detalhamento da análise das peças obrigatórias das Contas Anuais de Gestão da unidade FUNJECC, quanto à existência da informação contábil nos documentos e à compatibilidade dos valores:

Quadro 12 - Compatibilidade de Valores nos Demonstrativos Contábeis

Ponto de Análise	Origem da Informação	Valor	Valores são compatíveis?
Dotação Inicial	Lei Orçamentária Anual	275.000.000,00	Sim
	Balancete de Verificação	275.000.000,00	
	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	275.000.000,00	
Dotação Atualizada	Demonstrativo de Alterações Orçamentárias	324.420.701,69	Sim
	Anexo 11 - Comparativo da Despesa	324.420.701,69	
	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	324.420.701,69	
Despesas Empenhadas	Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesas	302.582.456,20	Sim
	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	302.582.456,20	
	Anexo 13 - Balanço Financeiro	302.582.456,20	
Saldo de Dotação	Anexo 11 - Comparativo da Despesa	21.838.245,49	Sim
	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	21.838.245,49	
Previsão Inicial da Receita	Lei Orçamentária Anual	275.000.000,00	Sim
	Balancete de Verificação	275.000.000,00	
	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	275.000.000,00	
Receitas Realizadas	Anexo 1 - Demonstrativo da Receita e Despesas	353.758.380,46	Sim
	Anexo 10 - Comparativo de Receita	353.758.380,46	
	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	353.758.380,46	
	Anexo 13 - Balanço Financeiro	353.758.380,46	
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	49.705.367,00	Sim
	Anexo 13 - Balanço Financeiro	49.705.367,00	
	Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante	49.705.367,00	
Pagamento Restos a Pagar Não Processados	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	42.746.976,85	Sim
	Anexo 13 - Balanço Financeiro	42.746.976,85	
	Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (baixa – cancelamento de RPNP)	42.746.976,85	
Inscrição de Restos a Pagar Processados	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	2.288.478,45	Sim
	Anexo 13 - Balanço Financeiro	2.288.478,45	
	Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante	2.288.478,45	
Pagamento Restos a Pagar Processados	Anexo 12 - Balanço Orçamentário	1.160.960,15	Sim
	Anexo 13 - Balanço Financeiro	1.160.960,15	
	Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante (baixa – cancelamento de RPP)	1.160.960,15	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	Anexo 13 - Balanço Financeiro	173.502.753,70	Sim
	Anexo 14 - Balanço Patrimonial	173.502.753,70	
	Anexo 18 - Demonstrativo dos Fluxos de Caixa	173.502.753,70	



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

9 - Análise por Indicadores

É a técnica utilizada para identificar a relação entre dois elementos integrantes das demonstrações contábeis. Visa a obter informações acerca da situação orçamentária, econômica e financeira da entidade, bem como dos resultados, usando quocientes obtidos por divisão simples de itens, normalmente heterogêneos.

Quadro 13 - Análise por Indicadores

Indicador	Metodologia	Fórmula	Índice	Análise
Quociente Desempenho Arrecadação	de da Receita Realizada ÷ Previsão Inicial	$\frac{353.758.380,46}{275.000.000,00}$	1,286	No exercício de 2023 a unidade gestora FUNJECC arrecadou mais do que a previsão inicial da receita, ocasionado assim, um superávit de arrecadação.
Quociente Execução da Despesa	de Despesa Empenhada ÷ Dotação Atualizada	$\frac{302.582.456,20}{324.420.701,69}$	0,933	No exercício de 2023 unidade gestora FUNJECC obteve uma economia orçamentária, ou seja, execução da despesa abaixo da fixada.
Quociente Resultado Orçamentário	do Receita Realizada ÷ Despesa Empenhada	$\frac{353.758.380,46}{302.582.456,20}$	1,169	A unidade gestora FUNJECC apresentou um resultado orçamentário superavitário em R\$51.175.924,26.
Quociente Equilíbrio Orçamentário	do Previsão Inicial da Receita ÷ Dotação Inicial da Despesa	$\frac{275.000.000,00}{275.000.000,00}$	1,000	O orçamento da unidade gestora FUNJECC para o exercício de 2023 atende ao princípio do equilíbrio orçamentário, ou seja, a receita estimada e a despesa fixada em igual valor.
Quociente Execução Orçamentária Corrente	da Receitas Correntes Realizadas ÷ Despesas Correntes Empenhadas	$\frac{353.277.380,46}{257.075.789,49}$	1,374	As receitas correntes superaram as despesas correntes, gerando um resultado corrente superavitário.
				O valor dos créditos adicionais abertos com



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Quociente de Utilização do Excesso de Arrecadação	Créditos Adicionais Abertos por Excesso de Arrecadação ÷ Total do Excesso de Arrecadação	6.670.000,00 ÷ 78.758.380,46	0,700	a fonte de recursos excesso de arrecadação é menor que o excesso apurado no ano 2023, assim, encontra-se regularidade com a legislação.
Quociente de Utilização do Superávit Financeiro	Créditos Adicionais Abertos por Superávit Financeiro ÷ Total do Superávit Financeiro Apurado no Exercício Anterior	42.750.701,69 ÷ 61.072.535,06	0,715	A abertura de créditos adicionais com a fonte de recursos do superávit financeiro foi inferior ao superávit do exercício anterior, sendo assim, encontra-se regularidade com a legislação.
Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária	Receita Realizada ÷ Despesa Paga	353.758.380,46 ÷ 250.588.610,75	1,412	No exercício de 2023 as receitas arrecadadas foram superiores as despesas pagas.
Execução Extraorçamentária	Recebimentos Extraorçamentários ÷ Pagamentos Extraorçamentários	693.902.182,76 ÷ 686.184.861,60	1,011	No exercício de 2023 os ingressos extraorçamentários superaram os dispêndios.
Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Receita Orçamentária (-) Despesa Orçamentária ÷ Variação do Caixa e Equivalentes de Caixa	51.175.924,26 ÷ 58.894.245,42	0,869	O percentual de 86,09% do saldo disponível origina do resultado orçamentário do exercício.
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que passa p o Exercício Seguinte ÷ Saldo do Exercício Anterior	173.502.753,70 ÷ 114.608.508,28	1,514	A UG FUNJECC apresentou um resultado financeiro superavitário no valor R\$58.894.245,42.
Situação Financeira	Ativo Financeiro ÷ Passivo Financeiro	173.502.753,70 ÷ 57.894.253,20	2,997	A UG FUNJECC teve um superávit financeiro no ano analisado que poderá ser utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais no exercício de 2024.
Índice Imediata	Liquidez Caixa e Equivalentes de Caixa		23,606	A UG FUNJECC possui recursos em caixa e



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

		+									equivalentes de caixa para quitar todo o passivo de curto prazo.
		Passivo Circulante			173.502.753,70						
					+						
					7.349.886,09						
Índice de Corrente	Liquidez	Ativo Circulante			176.651.069,15						
		+			+					24,035	
		Passivo Circulante			7.349.886,09						A UG FUNJECC apresenta saldo suficiente de ativos de curto prazo para honrar os passivos de curto prazo no ano analisado.
Composição do Endividamento		Passivo Circulante			7.349.886,09						
		+			+					1,00	
		Passivo Circulante									
		(+) Passivo Não Circulante			7.349.886,09						A UG FUNJECC apresenta a totalidade de sua dívida em curto prazo, ou seja, exigível no próximo exercício.
Fluxos de Caixa Operacional		Ingressos de Caixa de Operações			995.186.717,77						
		+			+					1,120	
		Despêndios de Caixa de Operações			888.887.405,86						Os ingressos operacionais superaram os desembolsos.

10 - Considerações Finais

A prestação de contas atendeu aos parâmetros da Resolução TCEMS nº 88/2018, tendo os demonstrativos contábeis sido elaborados de acordo com os modelos e orientações definidos pela Lei Federal nº 4.320/1964, Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional e decisões emanadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, representando adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial da UG FUNJECC, de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade.

As Demonstrações Contábeis foram complementadas por Notas Explicativas, com objetivo de evidenciar e explicar o que as demonstrações contábeis sozinhas não demonstram, contribuindo para a compreensibilidade, a transparência e o controle social da gestão pública.

Em razão das análises efetuadas, concluímos pelo Parecer Técnico Conclusivo **Favorável** da referida prestação de contas.

O teor deste documento deve ser levado ao conhecimento do Responsável pela Administração para elaboração do Pronunciamento Próprio do Gestor.

O parecer supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas na presente avaliação, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

É o parecer.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Tribunal de Justiça
Auditoria Interna

Campo Grande, 18 de março de 2024.

Heloise Rezende da Silva

Diretora da Auditoria Interna - TJ/MS

(assina digitalmente)